

A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA ARQUIVOLOGIA PÓS-CUSTODIAL

Djalma Mandu de Brito

djalma.brito@brfree.com.br

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro (UNIRIO)

Resumo

Analisa as correntes atuais da Arquivística que apontam a informação como o seu objeto científico, em substituição aos documentos de arquivo. Apresenta os conceitos de arquivo, documento de arquivo, informação e informação arquivística. Propõe e envia um modelo de questionário para os professores responsáveis pelo ensino de Arquivologia nas universidades brasileiras onde o curso é ministrado. Analisa este questionário e as suas respostas. Conclui que existe a necessidade de mais discussão e debate teórico a respeito do tema por parte dos profissionais da Arquivística, desenvolvendo a transdisciplinaridade, e realizando a elaboração de uma terminologia consolidada para a área.

Palavras-chave: Informação. Informação arquivística. Arquivística pós-custodial.

ABSTRACT

It analysis of new proposal of Archives science that indicate information by scientific object in substitution of archives documents. Show the concepts of archive, records archives, information and archives information. Offer and send 34 questionnaires for Archives teachers in the Brazilian Archives university's courses. These questionnaires and their reply were analyzed. The finish show the necessity of more discussion and theoretical contest, by Archives professionals in respect this letter object, and show the necessity of development a transdisciplinarity, and make a consolidate terminology for the Archives in general.

Keywords: Information. Archives information. Post-custodial archives.

1. INTRODUÇÃO

Percebe-se hoje, que as práticas arquivísticas privilegiam o tratamento do documento em prejuízo da informação arquivística. Ou seja, a despeito do advento da assim chamada Arquivística pós-custodial, verifica-se que a prática diária nos arquivos continua fixando como objeto de trabalho e pesquisa o documento em si, e não o seu conteúdo informacional.

Este artigo objetiva analisar as correntes atuais da Arquivística que apontam a informação como o seu objeto científico, em substituição aos documentos de arquivo. Buscar-se-á, nos autores que produzem sobre o tema, a sustentabilidade do argumento em pauta, verificando em que medida a substituição do documento pela informação arquivística poderá aprimorar o fazer na área, bem como a sua relação com o saber arquivístico estabelecido.

O trabalho de pesquisa relatado neste artigo se justifica por entender a informação arquivística como a matéria-prima necessária para a produção do conhecimento. O conhecimento acumulado e disseminado tornou-se, desde o primórdio das civilizações, em ferramenta indispensável às atividades do dia-a-dia do homem. É o chamado valor social da informação.

A Arquivística é uma das disciplinas que atuam e se propõe a preservar e organizar intelectualmente a informação arquivística contida em um arquivo, a disponibilizá-la de modo rápido e seguro, e a garantir o acesso do usuário, para que efetivamente esta informação venha a gerar conhecimento. De outro lado, se entendida como ciência (com objeto científico cognoscível definido e com a possibilidade de verificação universal de seus pressupostos por meio de método científico), a Arquivística não se prende unicamente à organização de arquivos, mas pode conhecer cientificamente a relação que existe entre a entidade acumuladora da informação, e a informação acumulada por esta. Isto caracterizaria a Arquivística como uma das ciências da informação.

No entanto, essa não é uma questão pacífica. A Arquivística internacional não chegou, ainda, a um consenso mínimo, em relação à definição de uma metodologia científica e de seu objeto científico. Permanece impregnada e estagnada com os, assim entendidos por muitos, já ultrapassados conceitos e princípios utilizados pela Arquivística de sentido apenas custodial, baseados no empirismo e no senso comum, mas que já não conseguem dar conta dos arquivos contemporâneos. Tal fato se pode verificar, por exemplo, nos cursos de graduação em Arquivologia, pelo pequeno número de suas

publicações como também na prática de ensino dessas instituições. Nessa circunstância, verifica-se que os suportes tradicionais como o papel cedem espaço para outros mais improváveis, jamais imaginados pela arquivística em vigor. É fato, pelo menos em parte, que a Arquivologia não tem conseguido se desvencilhar do estigma de ciência auxiliar da História. Se técnica ou ciência, somente a identificação ou não de um objeto científico cognoscível, de um método científico de trabalho/pesquisa que permita a posterior verificação dos resultados obtidos, poderá contribuir para a delimitação da Arquivística como uma ou outra.

Na pesquisa realizada em 2004, e apresentada neste artigo, em item específico mais adiante, elaborou-se e enviou-se um questionário aos professores responsáveis pelo ensino de Arquivologia nas universidades brasileiras, onde o curso de Arquivologia é ministrado com a intenção de buscar referências para o que aqui se defende.

2. OS CONCEITOS DA ARQUIVÍSTICA E AS QUESTÕES LIGADAS À ARQUIVÍSTICA PÓS-CUSTODIAL.

No Dicionário de Terminologia Arquivística percebe-se a libertação do conceito de arquivo como local de guarda unicamente de documentos no suporte papel. A definição apresenta uma evolução, quando abarca outras tipologias de documentos utilizados pela administração moderna, e que se apresentam em suportes diversificados, tais como os disquetes, os CD-ROMs, as fitas magnéticas, etc. Além disto, o dicionário preconiza que estes documentos passam a ser guardados para “fins de prova ou informação”, e não unicamente para “fins de conservação e pesquisa”.

Vê-se ainda que o Dicionário sugere o conceito de organicidade, que é uma característica peculiar ao documento de arquivo. Este documento, fazendo parte de seu conjunto original, tem a capacidade de esclarecer atos e fatos inerentes às atividades de seu criador. Tal não aconteceria se este documento estivesse solto, desmembrado e separado dos demais. Então:

Arquivo: Conjunto orgânico de *documentos*, independente da sua *data*, forma e *suporte* material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou *informação*. (Dicionário de Terminologia Arquivística, Lisboa, 1993, p. 07, *grifo do autor*).

A definição acima está em consonância com a adotada em 1991 pela Federação Canadense das Ciências Sociais, para quem arquivo:

Define-se como o conjunto das informações, qualquer que seja a sua data, natureza ou suporte, organicamente reunidas por uma pessoa física ou moral, pública ou privada, para as necessidades da sua existência e o exercício das suas funções, conservadas antes de mais pelo seu valor primário, isto é, administrativo, legal, financeiro ou probatório e, posteriormente conservadas pelo seu valor secundário, isto é, de testemunho ou, mais simplesmente, de informação geral. O sentido atribuído à palavra “arquivo” permite a sua utilização numa perspectiva de abordagem global da disciplina arquivística e no respeito dos diversos usos, realidades e valores que lhe podem ser atribuídos. Conserva o mesmo sentido tanto no texto em língua francesa como no de língua inglesa. (ROUSSEAU, Jean-Yves. **Les archives – transfert et accès. Guide pratique pour les sciences sociales**, Ottawa, 1991. p. 2)

O mesmo Dicionário de Terminologia Arquivística traz uma percepção bastante atual do conceito de documento ao mencionar os documentos utilizados na rotina de instituições contemporâneas, que Inaldo Barbosa e Junia Guimarães chamaram de formais (Marinho Júnior, 1998, p. 21). Ainda que o Dicionário não leve em conta a informação oral - ou informal, aquela é utilizada nas conversas diárias durante os afazeres dos funcionários, ou emitidas e recebidas na comunicação com o público, e que (normalmente) não está contida em suporte de espécie algum, (Couture, C.R Ducharme, J. Rousseau, J. L’Archivistique a-t-elle trouvé son identité? Arquivo & Administração, V. 1, n. 1, p. 22). Assim, para o Dicionário,

Documento: unidade constituída pela **informação** e respectivo **suporte** [prNP 405 (1988) Suporte: físico de **informação** de qualquer tipo (papel, filme, banda magnética, etc.) que pode ser considerado como uma unidade no tratamento documental]. (Dicionário de Terminologia Arquivística, Lisboa, 1993, p. 36, grifo do autor)

Quando Antonia Heredia Herrera conceitua documento de arquivo o faz citando o Dicionário de Terminologia Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos - CIA, que acrescenta a independência da forma e do suporte material apresentado pelo documento. “Documento contendo uma informação, de qualquer data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou moral, e por toda instituição pública em exercício de suas atividades”. (1989, p. 124, tradução nossa).

A justificativa primacial pela qual uma instituição se preocupa em manter um arquivo que contenha documentos de arquivo seria o seu valor de prova, ou seja, a

capacidade destes em atestarem direitos e deveres de interesse a esta instituição. Contempla-se este fato com o auxílio do Dicionário de Terminologia Arquivística,

Documento de arquivo: documento produzido a fim de provar e/ou informar um procedimento administrativo ou judicial. É a menor *unidade arquivística*, indivisível do ponto de vista funcional. Pode ser constituído por um ou mais **documentos simples**. (1993, p. 38, grifo do autor)

Para melhor análise do termo informação partiremos do pressuposto de que esta informação é um agente dissipador de incertezas, cujo objetivo é proporcionar alterações no comportamento das pessoas, reduzindo a incerteza.¹

Encontra-se a mesma percepção em Armando Malheiro da Silva e outros, onde contextualiza a informação no aspecto social do ser humano,

... entendemos por informação (humana e social) o conjunto estruturado de representações codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc.) e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes. (Malheiro, 1999, p. 20)

Com a globalização e a conseqüente disputa de fatias de mercado pelas empresas no mundo afora, a informação surge como um bem, como um patrimônio da instituição. “Vê-se, portanto, que as noções de globalização e sociedade de informação implicam numa terceira, a de economia da informação. Trata-se, neste caso, de se reconhecer a informação como um recurso estratégico.” (Jardim, 1999, p. 29, grifo do autor). A norma brasileira de segurança da informação, em sua breve introdução, assim define informação: “A informação é um ativo que, como qualquer outro ativo importante para os negócios, tem um valor para a organização e conseqüentemente necessita ser adequadamente protegida” (NBR ISO/IEC 17799:2001, p. 2).

Mais especificamente, a informação arquivística é mais difícil de conceituar, pois somente há pouco tempo os autores da área passaram a se preocupar mais com este assunto. José Maria Jardim comenta a este respeito: “A noção de informação arquivística é recente na literatura da área e ainda carece de verticalização teórica. Na verdade, a Arquivologia tende a reconhecer os arquivos como o seu objeto e não a informação arquivística”, (1999, p. 29, grifo do autor).

¹ Max Cohen, Ciência da Informação On-line – <<http://www.ibict.br/cionline/310302/3130203.htm>>, acessado em 02/07/2003).

Armando Malheiro da Silva e outros abordam a questão ao dizer que não se trata apenas de definir a informação arquivística, mas de situá-la como objecto de conhecimento (1999, p. 31). Malheiro a classifica a informação social como objeto da Ciência da Informação, nos seguintes termos:

A nossa proposta assenta, por isso, em opções fenomenológicas e epistemológicas algo provocatórias e “duras”, sem deixarem de ser abertas e flexíveis. E a principal acha-se exposta atrás ao definirmos o objecto da C.I., isto é, **a informação social** como fenómeno e processo e ao enumerarmos, com o detalhe possível as respectivas propriedades – termo usado no início da definição de Harold Borko. (Malheiro da Silva e Ribeiro, 2002, p. 28, grifo nosso)

Malheiro da Silva e outros observam que, ao definir informação arquivística, esta pode ser encontrada naturalmente, como um “fenômeno”, e como um produto resultante de um trabalho, como “processo”, disto resultando o arquivo. Por isto, sua defesa de que,

(...) o arquivo emerge, sistêmico, do fenômeno da informação e pode dizer-se que ele mergulha fundas raízes na própria acção humana centrada na sociedade e geradora aí da fenomenalidade informacional. (Malheiro, 1999, p. 214)

Finalmente, Malheiro e outros contextualizam a informação, a Arquivística e os arquivos expondo que, ao se aceitar a Arquivística como uma ciência “epistemologicamente redimensionável”, a definição mais apropriada seria:

A Arquivística é uma ciência de informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi-)fechados, quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interacção com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente. (Malheiro e outros, 1999, p. 214)

É interessante notar a imprecisão no que se refere ao objeto de estudo da Arquivística que alguns dos autores defensores da Arquivística custodial pesquisados apresentam em suas definições. Cada autor relaciona um ou mais objetos para a mesma ciência.

Manuel Vasquez apresenta diversos objetos de estudo da Arquivística:

- (...) é um campo do saber cujos objetos são:
- Os documentos de arquivo e a Arquivália;
 - Os arquivos e as associações de arquivistas;
 - A Arquivologia como ciência, seu campo, relações, usuários e método, cujo fim é servir aos usuários os documentos e a informação neles contida. (1996, p. 1, tradução nossa)

Para Antonia Heredia Herrera, os objetos da Arquivística são: “Os Arquivos, os documentos e a informação”, em *Archivistica General-teorya e practica* (1989, p. 10, tradução nossa). E a mesma autora declara um pouco mais adiante, “Agora, o objeto imediato e primeiro já não serão os documentos, mas sim os arquivos. Ciência dos arquivos, antes que ciência dos documentos. (...)” (p. 42, tradução nossa).

Assim, percebe-se uma falta de precisão no que tange à fixação do objeto de estudo da Arquivística. Isto se constitui em uma das principais críticas da Arquivística pós-custodial à Arquivística custodial.

Arquivologia pós-custodial é a denominação para a corrente de pensamento que busca uma renovação no modo de saber e fazer para a Arquivística do século XXI. Surgida no Canadá, mais especificamente na cidade do Quebec, teve na professora Gagnon-Arguin a instigadora do diagnóstico da evolução da Arquivística em tal cidade. Em seguida, em 1988, houve a publicação de um importante artigo por parte de Carol Couture, Jacques Ducharme e Jean-Yves Rousseau, e intitulado “*L’archivistique a-t-elle trouvé son identité?*”. Logo seguida pela obra “Os Fundamentos da disciplina arquivística”, onde se analisa a “informação registrada orgânica”, como o resultado das ações e interações desenvolvidas pelas instituições desde o seu passado, seu presente e seu futuro, com vistas à utilização futura de sua memória acumulada (Malheiro da Silva e Ribeiro, 2002, p. 3). O assunto se faz presente nas obras de Michel Cook, Terry Cook, José Maria Jardim, entre outros.

A proposta da Arquivística pós-custodial é a transformação da Arquivística em uma disciplina da Ciência da Informação. Para tanto, sugere o avanço na teoria e na prática de tal modo que a cientificidade venha a se tornar o ponto central da Arquivística, distanciando-se do senso comum tão presente na rotina dos arquivistas hodiernos. Foge do pensamento arquivístico custodial que trata o documento como um bem cujo valor se limita a servir unicamente à cultura ou à história; ou, tragicamente, que o tratamento arquivístico se justifica somente pela necessidade de liberação de espaço físico nas dependências das instituições.

No sentido contrário, a Arquivística pós-custodial sugere a análise e o estudo dos arquivos, e também a substituição do atual objeto da Arquivística (o documento) pela informação arquivística. “Daí decorre que o objeto da Arquivística não seja claro e que se confunda o método com meras aplicações técnicas”. (Malheiro e outros, 1999, p. 155). Este quadro se agrava em virtude da presença cada vez mais freqüente dos novos suportes documentais que são utilizados pela administração e que se constituem em

desafios enfrentados pela Arquivística, tanto no tratamento físico quanto o tratamento intelectual (Malheiro e Ribeiro, 2002, p.18). Terry Cook também aborda a questão :

Estas mudanças fundamentais que ora acontecem têm afetado a natureza das teorias arquivísticas, as quais foram primeiro articuladas pelos critérios desenvolvidos visando o arranjo e a descrição de antigos e estáveis [no que tange ao suporte] documentos das instituições hierárquicas. Estes conceitos tradicionais têm sido significativamente adaptados para perspectivas completamente diferentes, necessários para à avaliação (assim como para a descrição) dos dinâmicos documentos eletrônicos criados pelas instáveis instituições no mundo atual. (Archives in the post custodial world: interaction of archival theory and practice since the publication of the Dutch manual in 1898, p. 207, *tradução do autor*)

Quanto à informação arquivística como objeto de estudo da Arquivística pós-custodial, Malheiro da Silva e outros expõem:

(...) incentivam um debate ainda em aberto, (...) a indagação em torno da raiz *epistémica* da informação (...) a questão imediata é: que tipo de *objecto*? A resposta mais razoável consiste em apresentar a informação como um fenômeno inscrito na realidade humana e social e, deste modo, abarcando um leque vasto de facetas, como a político-administrativa, a cultural, a científica, etc., não se fixando em nenhuma delas em particular. (Malheiro, 1999, p. 31)

Outro fator importante, de acordo com a norma brasileira ISO/IEC 17799, 2001 - que orienta a respeito do código de prática para a gestão da segurança da informação - , seria a percepção da informação como um bem estratégico e social. A informação assim caracterizada permite e regula o bom funcionamento dos sistemas de informação e dos arquivos. No entanto, Charles M. Dollar tece uma crítica quanto à necessidade da adaptação ou redefinição dos princípios e práticas arquivísticas em virtude dos novos sistemas de informação em que se tornaram os arquivos, (O Impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações, 1994, Acervo v.7 nº 1-2, p. 22). Esta discussão pode abrir caminhos para o surgimento de novas idéias contribuindo para que a Arquivística se torne efetivamente em uma disciplina científica que seja capaz de se auto-questionar e auto-rever. Conseqüentemente, isto acarretaria a sua libertação de estigma de ciência auxiliar da História e da Administração, dotando a Arquivística de uma imagem forte, que venha a ser reconhecida socialmente (COUTURE, 1998, p. 70-71).

A Arquivística pós-custodial salienta a necessidade de se promover a interdisciplinaridade entre a Arquivística e as demais ciências. Malheiro comenta, “A Arquivística pode e deve ser uma ciência para além do meramente instrumental ou técnico, o que, desde logo, obriga a substituir o primado do fazer pelo do conhecer”

(Malheiro da Silva, p. 213, grifo do autor). Com isto, seria possível o desenvolvimento de pesquisas e da experimentação científica, surgindo então, a figura do arquivista-cientista da informação.

3. A pesquisa, o questionário as universidades

Considerou-se que o envio de um questionário às universidades com curso de Arquivologia seria o meio eficaz para se levantar dados pertinentes aos objetivos desta pesquisa. Os questionários foram enviados a docentes das Universidades de Brasília – UNB; Universidade Estadual de Londrina – UEL; Universidade Estadual Paulista – UNESP; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; Universidade Federal Fluminense – UFF; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Justifica-se esta escolha baseado no pressuposto de que os pontos de vista e as abordagens destes profissionais nos seus ensinamentos seriam os elementos responsáveis pela construção do conhecimento das novas gerações de estudantes de Arquivologia. O questionário buscou aferir se o ensino nas universidades vem contemplando o estudo das novas correntes da Arquivística e estimulando a produção científica a este respeito, conforme Boaventura dos Santos:

O círculo hermenêutico cumpre-se, desconstruindo um a um os diferentes objetos teóricos que a ciência constrói sobre si própria e, com eles, as diferentes imagens que dá de si, a fim de tornar compreensível por que razão foram construídos esses objetos e não outros. A desconstrução faz-se mediante o apelo ao inobjetivável e ao inimaginável que tornam ou tornaram-se socialmente possíveis os objetos e as imagens científicas em uso. Do modo que, como Bachelard, a teoria do objetivo deve ser construída **contra** o objeto (1972 : 250), assim também só aplicando a ciência contra a ciência é possível levá-la a dizer não só o que sabe de si, mas tudo aquilo que tem de ignorar a seu respeito para poder saber da sociedade o que esperamos que ela saiba. (1989, p. 13, grifo nosso)

Foram enviados 34 questionários no período compreendido entre os dias 8 e 31 de dezembro de 2003 para os endereços de correspondência dos centros de ensino das universidades e dos professores que ministram o curso de Arquivologia em todo o Brasil. Estes endereços foram pesquisados na Internet, através de metabuscadores, nos sítios das respectivas universidades que os disponibilizam. De acordo com Eliane Oliveira e Renato

de Souza, em artigo publicado na revista *Cenário Arquivístico*, o número de docentes que se dedicam às disciplinas específicas da Arquivologia é de 55 professores (2003, p. 49).

A metodologia utilizada neste questionário foi a de amostragem. De acordo com a professora Mônica Mandarinino, esta metodologia é válida porque,

É natural imaginar que quanto maior a quantidade de elementos a serem examinados mais representativa da realidade será a informação. O tamanho da amostra possui um impacto direto sobre a informação fornecida pelas observações. Na prática, podemos considerar que a amostra não deve ser menor que 10% do total de elementos da população. Assim, estaremos minimizando as chances de as informações da amostra serem muito diferentes daquelas que obteríamos caso examinássemos toda a população.(2003 , p. 09)

De um total de 34 questionários enviados, 7 questionários foram respondidos dentro do prazo estipulado. Isto significa 20,58% de respostas. Os profissionais que responderam aos questionários foram listados na tabela a seguir. Não se fará menção, no texto, aos nomes dos profissionais.

Questionários Respondidos (Qx)	Graduação	Pós-graduação	Universidade	Ministrante de Arquivística no curso de:
Q19	Arquivologia	Doutor	UFSM	Arquivologia
Q28	Arquivologia	Mestre	UNIRIO	Arquivologia
Q29	História	Especialista	UNIRIO	Arquivologia
Q30	Arquivologia	Mestre	UNIRIO	Arquivologia
Q31	Arquivologia	Mestre	UNIRIO	Arquivologia
Q32	Arquivologia	Mestre	UNIRIO	Arquivologia
Q33	Arquivologia	Mestre	UNIRIO	Arquivologia

Tabela 1: Profissionais que responderam ao questionário

Dentre as universidades que não responderam ao questionário, somente a UNESP justificou, alegando que, no período solicitado para preenchimento e devolução do formulário, a universidade se encontrava no recesso das aulas e em pleno vestibular. Assim, conforme se verifica na tabela acima, somente a UNIRIO e a UFSM responderam ao questionário.

A primeira questão do questionário dizia: “O senhor conhece a linha de pensamento que afirma que a Arquivística é uma Ciência da Informação e os arquivos são sistemas de informação?”

Todos os sete questionados responderam positivamente, demonstrando conhecerem a linha de pensamento que afirma que a Arquivística é uma Ciência da Informação e os arquivos são sistemas de informação.

Na segunda questão: “O senhor concorda com essa abordagem? Por quê?” - , em virtude da diversidade de opiniões apresentadas optou-se por transcreever as respostas, para que as idéias de cada profissional pudessem ser conhecidas na íntegra, como segue,

Q19 respondeu:

Sim, concordo. Em nossa instituição trabalhamos com diversas linhas teóricas. Eu, particularmente, sou adepto da definição de **Arquivística enquanto Ciência da Informação**, que se articula transdisciplinarmente com Ciências da Informação, e no particular de meu objeto de estudo, abordo a Tecnologia da Informação que também realiza interfaces trans com Arquivística e outras Ciências, assim gerando sub-domínios de conhecimento como a GED – Gestão Eletrônica de documentos. Não obstante, a **Arquivística pós-custodial deve ser melhor discutida, pois traz em si, problemas no tocante ao objeto de estudo da Arquivística.** (Grifo nosso)

Q28 respondeu:

Concordo. Em primeiro lugar, entendo ser a Arquivística uma CI **porque a Arquivística tem como seu objeto de estudo a informação.** Em segundo lugar, percebo que a **fragmentação do Arquivo em três idades não atende mais às exigências e expectativas da sociedade em relação ao tratamento da informação produzida e acumulada, e estudada pela Arquivística.** (Grifo nosso)

Q29 respondeu:

Por que só o gerenciamento sistêmico de documentos e arquivos, integrado a outros recursos da informação, poderá garantir a existência de sistemas de informação, assegurando o acesso à informação a quem dela necessite.

Q30 respondeu:

Sim, concordo com a abordagem. **Os arquivos são sistêmicos na sua essência.** Armando Malheiro vem sendo muito claro em seus argumentos e vem nos ajudando no aprofundamento cada vez maior na questão. **Cabe a nós a continuação desses estudos e o constante debate teórico.** (Grifo nosso)

Q31 respondeu:

Ainda não tenho uma opinião definitivamente formada. **Estamos constituindo um grupo de estudos para tratar desse e outros assuntos relativos aos paradigmas emergentes da Arquivística.** No entanto, nessa abordagem, como menciona Malheiro (1999), **é necessário desenvolver uma nova resignificação do objeto da Arquivística, revisitando suas “premissas epistemológicas essenciais”,** para, a partir de então, se estabelecer um conhecimento arquivístico reconhecido universalmente ou, pelo

menos, passível de ser corroborado ou refutado pela comunidade arquivística.
(Grifo nosso)

Q32 respondeu:

A expressão “Arquivística pós-custodial” é bastante utilizada na literatura internacional em geral. No Brasil o assunto aparece em Armando Malheiro da Silva – Arquivística - teoria e prática de uma ciência da informação (numa edição que comprei na Torre do Tombo em Portugal).

Por fim, Q33 respondeu: “Sim, concordo.”

É perceptível, pelo menos diante de algumas das respostas ora apresentadas, que existe a aceitação da proposta dos arquivos entendidos como sistemas de informação e da Arquivística enquanto Ciência da Informação. Todavia, houve a indicação de algumas questões que necessitam de mais discussão, no que se refere à Arquivística pós-custodial ao seu objeto de estudo e ao seu método.

Interessante (vide Q28, onde está grifado) é a percepção de que a fragmentação do Arquivo em três idades não atende mais às exigências e expectativas da sociedade em relação ao tratamento da informação produzida e acumulada. Uma vez que ocorre, nos dias atuais, uma crescente produção informacional em novos suportes, tais como os eletrônicos, que em muito diferem dos suportes tradicionais. Surgem, então as demandas por formas de tratamento intelectual e físico, no que concerne à conservação e a recuperação desta informação produzida, que em muito diferem das metodologias sugeridas pela Arquivística custodial.

“Os arquivos são sistêmicos na sua essência”, com esta afirmação (Q30) aborda a argumentação de Armando Malheiro da Silva, que vem apresentando sua crítica quanto à fragmentação dos arquivos em três idades, como visto no parágrafo anterior, e quanto ao objeto e ao método da Arquivística custodial. Segundo Q30, “Cabe a nós a continuação desses estudos e o constante debate teórico”. Vê-se na resposta que Q31 apresentou a proposta de constituição de um grupo de estudos para discutir assuntos pertinentes aos paradigmas emergentes da Arquivística. Ainda para este profissional, “...é necessário desenvolver uma nova resignificação do objeto da Arquivística, revisitando suas “premissas epistemológicas essenciais...”, o que é justamente uma das propostas da Arquivística pós-custodial.

À terceira questão “O assunto ‘Arquivologia pós-custodial’ é abordado em sala de aula?” e à quarta questão: “Em caso positivo, quais os autores que tratam da Arquivística pós-custodial que o senhor(a) utiliza em sala de aula?”, quatro responderam “sim”, (o que

corresponde a 57% das respostas), declarando realizar, em sala de aula, a abordagem do assunto “Arquivologia pós-custodial”. Quanto aos autores utilizados em sala de aula, foram citados os nomes da AAB (Associação dos Arquivistas Brasileiros); Antonia Heredia Herrera; Armando Malheiro da Silva (Portugal); Carol Couture e outros autores das linhas canadenses; CIA (Conselho Internacional de Arquivos); Fernanda Ribeiro; Heloísa Liberalli Belloto; Johanna Smit; José Maria Jardim (Brasil); Michael Cook; Michel Fox; Silvia Mendes Masson; e as linhas que trazem as normalizações internacionais para a gestão eletrônica de documentos, que contém subliminarmente a abordagem da Arquivística pós-custodial.

Percebeu-se nessa resposta que vários dos autores listados acima, tais como a AAB (Associação dos Arquivistas Brasileiros), Antonia Heredia Herrera e Heloísa Liberalli Belloto, **não** produzem a respeito da Arquivística pós-custodial. Embora na primeira questão todos os setes questionados (100% das respostas) hajam respondido conhecerem a linha de pensamento que afirma que a Arquivística é uma Ciência da Informação e os arquivos são sistemas de informação, possivelmente um desconhecimento do que realmente se constitui a Arquivística pós-custodial e suas propostas possa ter causado este equívoco.

Com a quinta questão “O senhor(a) concorda com as correntes atuais que defendem a informação arquivística em substituição aos documentos de arquivo como o objeto científico da Arquivística?” quatro profissionais (57% das respostas) declararam concordar, e três (43% das respostas) não concordaram com as correntes atuais que defendem a informação arquivística em substituição aos documentos de arquivo como o objeto de estudo da Arquivística.

Conforme visto nas respostas da segunda questão, e corroborado pelas declarações na quinta questão, percebe-se que existe uma desconfiança de parte dos profissionais, no que tange ao objeto de estudo da Arquivística proposto pela Arquivística pós-custodial. Para estes profissionais, a proposta da informação arquivística enquanto objeto de estudo da Arquivística ainda traz em si alguns problemas, que necessitam ser mais bem discutidos, carecendo de mais “debate teórico” (ver grifo do questionário Q28). Finalmente, o que se percebe nas respostas emitidas, é que as opiniões dos profissionais estão consonantes à argumentação de Boaventura dos Santos,

Afirma Bachelard que “a ciência se opõe absolutamente à opinião” (1972:14). Em ciência, nada é dado, tudo se **constrói**. O “senso comum”, o “conhecimento vulgar”, a “sociologia espontânea”, a “experiência imediata”, tudo isto são opiniões, formas de conhecimento falso com que é preciso **romper** para que se torne possível o

conhecimento científico, racional e válido. A ciência constrói-se, pois, contra o senso comum, e para isso dispõe de três atos epistemológicos fundamentais: a **ruptura, a construção e a constatação.**(BOAVENTURA apud BACHELARD, 1989, p. 31).

A sexta questão indagava “Em caso positivo, em que grau de importância o senhor(a) classificaria a substituição do documento de arquivo pela informação arquivística? Esta substituição aprimoraria o fazer e o conhecer arquivístico de modo:” Nesta questão três profissionais (43% das respostas) optaram por marcar a opção “Indispensável” e um profissional (14% das respostas) utilizou a opção “Muito relevante”. Os três outros questionados (43% das respostas) não assinalaram qualquer opção. Vê-se a inclinação pelo aceite da proposta de substituição do objeto de estudo da Arquivística, com a conseqüente contribuição para o crescimento do “corpus teórico” da Arquivística. Muito embora se capte também a rejeição pela proposta, ou mesmo indecisão na opinião de praticamente metade dos profissionais questionados, ao ausentarem a marcação de algum tipo de resposta nesta questão.

A sétima questão “O Senhor conhece alguma linha de pesquisa que aborde ou utilize a informação arquivística como objeto de estudo da Arquivística?” foi considerada como uma das mais importantes. As informações apresentadas nesta questão evidenciariam a produção científica a respeito da informação arquivística como objeto de estudo da Arquivística vista com o olhar dos próprios profissionais. Ressaltando a relevância deste aspecto, Carol Couture afirma:

No actual (sic) estado do seu desenvolvimento, a arquivística é um domínio onde muito poucos especialistas podem consagrar tempo e energia suficientes na reflexão, investigação, desenvolvimento e inovação, que são outras tantas garantias seguras da evolução de uma disciplina. Como afirma Jean-Pierre Wallot, arquivista nacional do Canadá: „[...] sem a investigação, a Arquivística estaria condenada a ser um *corpus* de práticas e de receitas sem racionalidade científica. (1998, p. 274)

Não responderam à questão sete os profissionais dos questionários de nº. 29 e 33 (29% das respostas). Daqueles que responderam, mencionaram-se algumas instituições que desenvolvem linhas de pesquisa a respeito da informação arquivística como objeto de estudo da Arquivística. Na realidade brasileira, o IBICT, a UNIRIO, a UFF, e a USP.

Fora do Brasil, citou-se Armando Malheiro da Silva (Portugal); a Universidade Nacional da República de Córdoba e a Alemanha.

Em relação ao espaço destinado aos comentários, alguns profissionais optaram por fazer alguns acréscimos que julgaram pertinentes aos pontos de vista pinçados nas respostas apresentadas. São notadas expressões do tipo: “rompimento paradigmático”, “mudança de foco”, “mudança na origem, na base”, além dos questionamentos aos

pilares conceituais da Arquivística custodial. Armando Malheiro da Silva faz uma proposição a este respeito:

A mudança de paradigma “registada” (SIC) no *pólo epistemológico* e a conseqüente defesa de uma CI madura e reconfigurada epistemologicamente afastam-nos da visão ainda dominante e prevalecente sobre “avaliação da documentação de arquivo” de que deixamos alguns exemplos cabais no primeiro ponto. Visão parcelar e redutora que obedece a um paradigma diferente do científico e pós-custodial e, por isso, bastante desajustada das exigências actuais (SIC) e futuras da sociedade da informação. (Malheiro, 2002, p. 43, grifo do autor)

Assim, percebe-se que o assunto ainda caminha os seus primeiros passos, e a questão está ainda longe de ser esgotada. José Maria Jardim, em 1995, já frisava

A incipiente pesquisa em Arquivologia no Brasil poderá beneficiar-se significativamente de um espaço cognitivo e institucional deste teor [multidisciplinaridade]. Trata-se de uma interlocução **ainda em início de construção** que, desde já, aponta para uma possibilidade bastante promissora. (1995, p. 143)

Na mesma obra, Jardim afirma que a produção do conhecimento Arquivístico praticamente inexistente na universidade brasileira, o que acontece, semelhantemente com as instituições arquivísticas públicas como o Arquivo Nacional.

Reduzida a um conjunto de normas que norteiam as rotinas do sistema, a Arquivologia **parece prescindir da universidade para a produção do saber**. Como tal, esta sequer encontrou lugar na proposta inicialmente consolidada de conselho Nacional de Arquivos. (1995, p. 141, grifo nosso)

Acrescentando mais um aspecto à sua fala, Jardim diz,

As reflexões sobre a operacionalização de um sistema de arquivos parecem dispensáveis em face do enorme poder imaginário projetado. Soma-se a este silêncio **a escassa densidade teórica na abordagem de alguns tópicos**. Tal ocorre, por exemplo, em relação às noções de Sistema Nacional de Arquivos, Política Nacional de Arquivos, e Sistema Nacional de Arquivos. Este último não adquire, na maioria das falas, a profundidade ausente na literatura revista. Mais do que o dito fragmentado, os silêncios parecem constituir, nesta pesquisa, fontes significativas à reificação de alguns paradigmas conceituais da Arquivologia no Brasil. (1995, p. 142, grifo nosso)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arquivística encontra-se em um importante momento de transição no que concerne ao seu objeto de pesquisa, e ao seu método científico. Isto fica patente ao se analisar as respostas do questionário. Percebe-se que as opiniões variam

proporcionalmente entre a aceitação e a rejeição da proposta atual da Arquivística pós-custodial, que aponta a informação arquivística como o seu objeto científico, em substituição aos documentos de arquivo.

Na análise dos questionários se constatou a resistência a tal idéia por 43% dos profissionais questionados, o que corresponde a praticamente metade das respostas apresentadas. Em contrapartida, 57% de questionados se mostraram favoráveis, o que evidencia que efetivamente há a necessidade de se discutir a teoria desta proposta com mais profundidade.

Foi citada, ainda, a intenção de formação de grupos de estudos para debates conexos aos paradigmas da Arquivística pós-custodial. O que se revela bastante pertinente, uma vez que nesta pesquisa detectaram-se alguns autores equivocadamente citados como produtores do tema Arquivística pós-custodial. Entende-se que a universidade é um dos principais canais a fomentar tais discussões, partindo-se do princípio que é ali se encontram os profissionais e as ferramentas mais adequadas a tal debate.

Entendeu-se que a discussão da viabilidade da substituição do objeto de estudo da Arquivística ainda ensaia os seus primeiros passos. De fato, ao se verificar que existem debates neste sentido, percebe-se que a Arquivística se movimenta, ainda que de modo incipiente, na busca por respostas para suas questões epistemológicas centrais.

Percebe-se, nas falas dos profissionais, que a teoria arquivística necessita se basear na análise dos processos de criação dos registros, mais do que nas metodologias de arranjo e descrição de documentos custodiados nas instituições arquivísticas, como acontece usualmente.

Importante salientar a necessidade do desenvolvimento de uma terminologia consolidada para a área. A Arquivística se ressentida desta falta, e a elaboração de tal terminologia se constitui em um dos aspectos principais para a afirmação desta ciência no meio científico. Tal terminologia, em nosso entendimento, poderia se constituir no ponto de partida para a universalização dos termos utilizados pelos arquivistas, que, conforme visto no início deste artigo, sequer possuem consenso quanto à definição do objeto de estudo da arquivística.

A racionalidade, a coerência e a consistência são requisitos primordiais para o reconhecimento, experimentação e o conseqüente estabelecimento da cientificidade dos paradigmas da Arquivística pós-custodial, caracterizando-a como uma ciência da informação. Torna-se a salientar que, para isto se tornar possível, o ideal é que os

profissionais da Arquivística, em especial os das universidades, não se omitam em tais questões teóricas, sugerindo, fomentando e coordenando as propostas acima descritas.

Ainda de acordo com as respostas apresentadas no questionário, se verificou que os novos desafios que surgem para o profissional da Arquivística o convidam a desenvolver conhecimentos comuns com profissionais de outras áreas, em especial com os cientistas da informação e com os tecnólogos da informática.

Desta maneira, estará se dando um passo importante para a Arquivística alcançar o reconhecimento no meio acadêmico e social que seus profissionais tanto almejam, finalmente saindo da idade medieval e efetivamente participando da era e da sociedade da informação, superando o “fazer” pelo “conhecer”.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO/IEC 17799**: Tecnologia da Informação – Código da segurança da informação. Rio de Janeiro: 2001.

ALVES, Ivone *et al.* **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa: Instituto da biblioteca e do livro. 1993.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 27, de 21-03-2000. Rio de Janeiro: Auriverde, 2000.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida *et al.* **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: AAB, 1996.

CASTRO, Astréa de Moraes e. **Arquivística-técnica, Arquivologia-ciência**. Brasília: ABDF, 1985.

COOK, Terry. Archives in the post-custodial world: interaction of archival theory and practice since the publication of the Dutch manual in 1898. **Archivum**, München: Saur, v. 43. p. 191-214, 1997.

COHEN, Max. Alguns aspectos do uso da informação na economia da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 31, n. 3, set. dez. 2002. Disponível em: <http://www.ibict.br/cionline/310302.htm>. acessado em 02 jul. 2003.

DOLLAR, Charles M. **O impacto das tecnologias de informação sobre os princípios e práticas de arquivos: algumas considerações.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 7, n. 1-2, 1994.

ECCO, Humberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Editora Perspectiva, 14. Ed., 1998.

FONSECA, Maria Odila. **Informação, arquivos e instituições arquivísticas.** In: Associação dos Arquivistas Brasileiros. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. EdUFF, 1998. p. 33 - 43.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General teoria y practica.** 5ª ed. Sevilla: Servicio de publicaciones, 1989.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil.** Niterói: EdUFF, 1995.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil.** Niterói: EdUFF, 1999.

MANDARINO, Mônica. **Estatística aplicada à educação.** Rio de Janeiro: [s.n], 2003. 1 CD-ROM.

MARINHO JÚNIOR, Inaldo Barbosa; SILVA, Junia Guimarães e. **Arquivos e Informação: uma parceria promissora.** In: Associação dos Arquivistas Brasileiros. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 1, n 1, jan. jun. EdUFF, 1998. p. 15 - 32.

NAGEL, Rolf; IZABEL, Eneida. **Elementos de Arquivologia.** UFSM: Santa Maria e Bonn, [s.n.] 1988.

OLIVEIRA, Eliana Braga de; SOUZA, Tarcísio Barbosa de. O ensino superior de Arquivologia no Brasil. **Cenário Arquivístico.** Brasília: v. 2, n. 2, p. 48-51, jul. set 2003.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da Disciplina Arquivística.** Lisboa: Dom Quixote, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Yves. **Les archives – transfert et accès. Guide pratique pour les sciences sociales.** Ottawa: Fédération Canadiense des sciences sociales, 1991.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989

SHELLENBERG, Theodore, R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SILVA, Armando Malheiro da *et al.* **Arquivística – teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, Armando Malheiro da. **A Ciência da Informação e Avaliação em Instituições de Documentos**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2002 (apostila de curso).

SILVA, Helena Pereira da. Inteligência competitiva na Internet : um processo otimizado por agentes inteligentes. **CI. Inf.** , Brasília, v. 32, n. 1, p. 115-134, jan. abr. 2003.

VAZQUEZ, Manuel. **Introducción a La Archivologia, guia de estudio**. 3ª ed. Córdoba: [s.n.] 1996.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

Dados pessoais do entrevistado:

Graduação em _____ Pós-graduação: Especialista
Mestre Doutor
Universidade _____ em _____ que _____ trabalha:

Curso em que ministra disciplina de Arquivística:

A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA ARQUIVOLOGIA PÓS-CUSTODIAL
Questionário

1) O senhor conhece a linha de pensamento que afirma que a Arquivística é uma Ciência da Informação e os arquivos são sistemas de informação? Sim Não

2) O senhor concorda com essa abordagem? Por que?

3) O assunto “Arquivologia pós-custodial” é abordado em sala de aula? Sim Não

4) Em caso positivo, quais os autores que tratam da Arquivística pós-custodial que o senhor(a) utiliza em sala de aula?

5) O senhor(a) concorda com as correntes atuais que defendem a informação arquivística em substituição aos documentos de arquivo como o objeto científico da Arquivística? Sim Não

6) Em caso positivo, em que grau de importância o senhor(a) classificaria a substituição do documento de arquivo pela informação arquivística? Esta substituição aprimoraria o fazer e o conhecer arquivístico de modo: Irrelevante Razoavelmente relevante Relevante Muito relevante Indispensável

7) O Senhor conhece alguma linha de pesquisa que aborde/utilize a informação arquivística como objeto de estudo da Arquivística?

8) Utilize o espaço abaixo caso deseje registrar alguma observação.